

CARGO: AUXILIAR DE SAÚDE
CONHECIMENTOS GERAIS
LÍNGUA PORTUGUESA
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Identificação de informações pontuais no texto.
2. Inferência do sentido de palavras a partir do contexto.
3. Estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público (intimidação, sedução, comoção, chantagem, entre outras);
4. Objetivos discursivos do texto (informar ou defender uma opinião, estabelecer contato, promover polêmica, humor etc.).
5. Elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.
6. A articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.
7. Marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).

BIBLIOGRAFIA

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm>. Acesso em: 13 jun. 2015.

FAVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 2007.

FIORIN, J. L. **Lições de texto: leitura e redação**. 5. ed. São Paulo: Atica, 2006.

GUIMARÃES, E. **A articulação do texto**. 10. ed. São Paulo: Atica, 2007.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola, 2012.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

MEDEIROS, J. B. **Correspondência: técnicas de comunicação criativa**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VAL, M. G. C. **Redação e textualidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEGISLAÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.
2. Procedimentos e Processos Administrativos.
3. Ética no Serviço Público.
4. Normas Constitucionais sobre a Administração Pública (artigos 37 a 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).
5. Plano de Carreira dos Cargos Técnico - administrativos em Educação (PCCTAE).
6. Estrutura jurídica, princípios, objetivos e organização da Universidade Federal de Alfenas.
7. Crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico - Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. (artigos 312 a 327).

ESTATUTO DA UNIFAL. Resolução 40/2007 do Conselho Superior da UNIFAL-MG.

Disponível em: <http://www.unifal->

[mg.edu.br/secretariageral/files/file/Conselho_Superior/2007/Novo_Estatuto_da_UNIFAL-MG_recomendado_pelo_MEC_0.pdf](http://www.unifal-mg.edu.br/secretariageral/files/file/Conselho_Superior/2007/Novo_Estatuto_da_UNIFAL-MG_recomendado_pelo_MEC_0.pdf). Acesso em 09 de outubro de 2017.

NOÇÕES GERAIS DE INFORMÁTICA **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Conhecimentos básicos de Sistemas Operacionais (MS-Windows).
2. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, formatação) com Editores de Texto (MS-Word, OpenOffice -Writer ou Google – Docs).
3. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, funções) com Planilhas Eletrônicas (MS - Excel, OpenOffice- Calc ou Google - Docs).
4. Operações básicas de Navegação na Internet (Google - Chrome ou Mozilla – Firefox).
5. Operações básicas de Correio Eletrônico (MS - Outlook Express, Mozilla - Thunderbird, Yahoo! Mail, Google - Gmail ou Microsoft - Hotmail).
6. Noções de segurança: conceitos de vírus (spyware, spam, worms etc.) acesso a sites seguros, cuidados e prevenções.

Serão consideradas as versões lançadas a partir do ano de 2012 para todos os produtos citados no Programa.

BIBLIOGRAFIA

Manuais e opções de ajuda dos produtos citados no Programa.

CENTRO DE ESTUDOS, RESPOSTA E TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA NO BRASIL. Cartilha de segurança para internet. 2. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/livro/>>. Acesso em: 18 de julho de 2017.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Princípios éticos nas relações de trabalho.
2. Princípios de humanização no atendimento em saúde.
3. Comunicação nas relações interpessoais em saúde.
4. Limpeza e desinfecção de material e ambiente.
5. Noções básicas sobre resíduos de serviços de saúde.
6. Orientações para promoção e prevenção de saúde: dengue, raiva, diabetes mellitus, hipertensão arterial.
7. Orientações em campanhas preventivas: imunização, aleitamento materno, infecções sexualmente transmissíveis.
8. Normas de redação de correspondência oficial.
9. Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.
10. Improbidade administrativa.
11. Administração Pública, Órgãos Públicos, Administração Pública Indireta e Autarquias.
12. Licitações e Contratos Públicos: princípios, conceitos, modalidades, tipos, dispensa e inexigibilidade.
13. Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
14. Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
15. Da administração pública: disposições gerais e dos servidores públicos.
16. Ética no Serviço Público.
17. Disposições que norteiam o Regimento Geral da Universidade Federal de Alfenas.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 19 a 63. Disponível em:
http://www.anvisa.gov.br/servicos/audes/manuais/manual_gerenciamento_residuos.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. p. 436 a 455 e p. 654 a 683. Disponível em:
<http://vigilancia.saude.mg.gov.br/index.php/download/guia-de-vigilancia-em-saude-2016>

BRASIL. Agência. Brasília: **Anvisa**, 2010. 116 p. Disponível em: http://www.saude.mt.gov.br/portal/control-e-infeccoes/documento/doc/manual_limpeza_e_desinfeccao_de_superf%C3%ADcies_2010_anvisa.pdf

Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização - SOBECC. **Práticas Recomendadas SOBECC/Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização**. 6. ed. São Paulo: SOBECC, 2013.

FORTES, P. A. de C. **Ética e Saúde**: questões éticas, deontológicas e legais, tomada de decisões, autonomia e direitos do paciente. 5ª reimpressão. São Paulo: EPU, 2010.

BRASIL. O HumanizaSUS na Atenção Básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS**. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 40 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. HumanizaSUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização. PHN**. Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: www.saude.gov.br/sas.

BRASIL. Saúde e Trabalho/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS**. Fábio Hebert, Maria Elizabeth Barros de Barros, Rafael Silveira Gomes. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 16p. :il. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

SILVA, M. J. P. da. **Comunicação tem remédio**: a comunicação nas relações interpessoais em saúde. 8. ed. Ed. Loyola, São Paulo, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica nº 36 – estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica – DIABETES MELLITUS**. Brasília: 2013 (Páginas 17 a 29 – Parte 1 e Parte 2).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica nº 37 - estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica – HIPERTENSÃO SISTÊMICA**. Brasília: 2013 (Páginas 17 a 24 – parte 1; páginas 81 a 102 – parte 4 e parte 5).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (páginas 12 a 22 – parte 1 e parte 2).

PROJETO de inclusão social e desenvolvimento comunitário. **Promoção da amamentação e alimentação complementar**.

Disponível em: http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-download_file.php?fileId=733

ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS) Doenças Sexualmente Transmissíveis**. Santa Catarina: 2006. Disponível em: http://www.dive.sc.gov.br/conteudos/publicacoes/manuais_cartilhas/Cartilha_de_DST.pdf

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República** / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior.– 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002.

Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P - **Cartilha A3P** - Ministério do Meio Ambiente

Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf .

BRASIL. **Lei nº 8.429, de junho de 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Administração pública, concessões e terceiro setor**. Capítulo II ao V. 2. ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. 407 p., 24 cm. ISBN 9788537510995 (broch.).

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000**. Aprova o Regulamento para modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Da Administração Pública, art.37 a 38; Dos Servidores Públicos, art.39 a 41.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - MG.

Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/secretariageral/?q=regimentogeral>. Acesso em 09 de outubro de 2017.